

## Política e Religião no Brasil

Por: Sônia Mota<sup>1</sup>

Quando falamos de Religião e Política até podemos pensar como duas realidades absolutamente separadas. Entretanto, sabemos bem, a partir da experiência histórica e de nossas vidas que as coisas não são resolvidas tão facilmente sob forma de decretos e de leis. Se assim o fosse, bastaria seguir a Constituição Brasileira de 1872 que garantiu a separação entre religião Igreja e Estado; respeitar o art. V da Constituição Federal de 1988 que reafirmou esta separação; seguir a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros tratados internacionais dos quais o país é signatário, com destaque para o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1992) e a Convenção Americana de Direitos Humanos, todos garantindo a laicidade do Estado. Embora necessárias essas leis não são suficientes. Como afirma a teóloga Ivone Gebara: “Somos políticos também a partir de nossas crenças religiosas e religiosos também a partir de nossas crenças políticas”<sup>2</sup>. Religião e Política são temas inseridos no cotidiano do povo brasileiro da mesa às urnas. Por isso, essa relação é muito mais complexa do que aparenta ser.

O grande problema da relação que se estabelece entre religião e política no Brasil é sobreposição dos espaços de atuação. Observem os seguintes dados: A Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana elegeu 207 deputados e 09 senadores; a Frente Parlamentar Evangélica do elegeu 202 deputados e 09 senadores. Com esses números, do total de 513 deputados, podemos inferir que 39,38% deles é da Frente Parlamentar Evangélica e 40,35% são da frente parlamentar Católica.

No pleito municipal de 2020, as candidaturas de pessoas identificadas com igrejas e práticas religiosas cresceram 26% em comparação a 2016 e houve um aumento de 34% no registro de candidatos que utilizam a designação de pastores e pastoras<sup>3</sup>. Para este ano, o número de evangélicos concorrendo a um cargo nas eleições cresceu 17% em comparação com 2018. De 524 passou para 614, o que equivale a 93,31% de todas as candidaturas com nomes religiosos. A cientista política e professora na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Silvana Krause afirma que a “Bancada da Bíblia” pretende atingir os 30% de representação no Congresso nacional quando hoje fica em torno de 22%<sup>4</sup>.

Além disto, é preciso ressaltar que esta influência também está presente no poder judiciário através de procuradores e juizes identificados com a fé cristã, que fazem uso até mesmo de versículos da Bíblia em suas sentenças. Compreender essa movimentação política é importante porque ela coloca em risco a laicidade do Estado comprometendo diretamente o estado

<sup>1</sup> Sônia Gomes Mota é Diretora Executiva da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE e Pastora da Igreja Presbiteriana Unida.

<sup>2</sup> Gebara, Ivone. **Deus e o Diabo na política: compaixão e vocação profética**. Texto elaborado e apresentado na reunião anual do FEAAT-Brasil de 2017.

<sup>3</sup> <https://exame.com/brasil/eleicoes-2020-aumenta-em-34-o-numero-de-candidatos-evangelicos/>. Acesso dia 01/09/2022

<sup>4</sup> <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/17/eleicoes-candidaturas-de-religiosos-crescem-158-puxada-por-evangelicos.htm?>. Acesso dia 01.09.2022

democrático de direito e, porque essa configuração política tem impactos direto na vida da sociedade que sente muito concretamente o aumento das violências principalmente contra a população mais vulnerabilizada social e economicamente.

Como afirma a Secretária Executiva do CONIC- pastora Romi Bencke

No Brasil, o discurso sobre Deus tem assumido os mais diferentes lugares. Estes lugares vão desde o crime organizado, passando pela economia e pela política representativa. Da mesma forma, Deus é usado como justificativa para a manutenção da desigualdade entre homens e mulheres, exclusão de pessoas LGBTQI+s. Em nome do Deus revelado em Jesus Cristo segue se convertendo povos indígenas e silenciando os tambores dos terreiros...No Brasil, Deus e as escrituras têm sido utilizados para fins inusitados, que vão desde a deposição de uma presidente democraticamente eleita, para legitimar as novas cruzadas, como a do combate à “ideologia de gênero”, à diversidade religiosa e...pasmem, ao comunismo.<sup>5</sup>

As mudanças no campo religiosos brasileiro e o crescimento de outras vertentes do cristianismo, exigiram novos arranjos políticos entre as elites que sempre comandaram o país. Trata-se de uma aliança entre o religioso, o político e econômico para manter o poder. O crescimento da expressão fundamentalista do cristianismo (católico, evangélico e protestante histórico) aliada a um viés político conservador que toma como bandeira a defesa de uma pauta moral, intolerante com outras expressões religiosas, são posicionamentos contrários aos próprios valores do evangelho.

Essa aliança fundamentalista se mobiliza em instâncias nacionais definidoras de leis ou de políticas relacionadas a sexualidade, gênero, família, direitos humanos, questões ambientais, educação etc. São bancadas parlamentares católicas e evangélicas que abandonam as diferenças e se articulam para tentar conter o avanço de pautas favoráveis aos direitos sexuais e direitos reprodutivos, gênero, lgbtqi+ e outras que consideram ser ameaças ao modelo de família defendido por elas.

Os movimentos sociais e organizações baseadas na fé que buscam a superação das injustiças, os canais de diálogo com as instâncias governamentais ficam fragilizados e a pauta dos direitos, ameaçada com inúmeras tentativas de anulações. Importante dizer que, embora haja esta aliança fundamentalista, não foram os fundamentalistas “evangélicos” que elegeram o atual governo que aí está. Há uma confluência de fatores que revelam a face da sociedade brasileira tida como cristã, amável e plural, mas que na verdade é profundamente desigual economicamente, racista, intolerante com outras tradições de fé, misógina e LGBTTFóbica.

Ressaltamos que embora estejamos vivenciando um momento histórico em que o povo cristão, em suas mais variadas expressões, se aproxima da proposta política pautada pela extrema direita cujo principal objetivo é a cooptação do poder e a violação de direitos, historicamente, um número significativo de Igrejas cristãs e organizações ecumênicas mantiveram seu compromisso profético de: denunciar as violações de direitos; fazerem formação social e política do seu povo; pautarem suas ações diaconais na luta por direitos; apoiar os movimentos sociais, promover o diálogo com as igrejas sobre respeito à diversidade religiosa e defender a total separação da Igreja

---

<sup>5</sup> BENCKE, Romi. A profecia ameaçada: o Brasil das violências em um contexto das desigualdades.

do Estado a fim de que fossem mantidas a laicidade do Estado, o Estado Democrático de Direito e a Democracia.

No delicado e complexo contexto brasileiro, é urgente que assumamos o desafio e a coragem de testemunhar uma prática ecumênica voltada à resistência e a reafirmação de uma diaconia de direitos. Para tanto, precisamos seguir na articulação de redes, fóruns, frentes e coalizões nacionais e internacionais, capazes de ampliar e fortalecer nossas agendas para a superação das adversidades e dos fundamentalismos.

Neste mesmo espírito seguimos juntas em fé, resistência e esperança.